

Há tempos, já é de conhecimento geral que a emissão dos gases do efeito estufa, que geram o aquecimento global, têm impacto direto no aumento da intensidade e frequência dos desastres naturais. Também se sabe que parte considerável dessas emissões ocorre, tradicionalmente, nos países mais industrializados. A novidade, porém, é que, pela primeira vez em uma Conferência do Clima da ONU, a COP 27, realizada em novembro deste ano, no Egito, foi discutida a possibilidade desses países desenvolvidos compensarem os países em desenvolvimento, visto que estes últimos são os mais afetados pelas perdas relacionadas às mudanças no clima.

Este é, inclusive, o caso do Brasil. Segundo dados da Confederação Nacional de Municípios (CNM), 3,4 mil pessoas, em média, foram afetadas diretamente em cada desastre natural ocorrido em 2022. Entre esses desastres, podemos destacar a tragédia na cidade de Petrópolis, em fevereiro, cujas fortes chuvas provocaram a morte de 234 pessoas e deixaram cerca de 900 pessoas desabrigadas.

O seguro para populações que vivem em áreas de risco pode fazer parte de um planejamento de governo para adaptação das cidades às mudanças climáticas. Além disso, a ajuda financeira de países industrializados no âmbito das Nações Unidas pode ser peça chave para viabilizar parcerias público-privadas que insiram a função social do seguro nesse contexto, ajudando na reestruturação dos atores afetados pelos desastres naturais.

No primeiro semestre de 2022, a CNseg produziu um documento destinado aos presidentes com 31 propostas para o desenvolvimento brasileiro e do setor segurador. Um dos temas levantados foi o da proteção contra desastres naturais. O documento reforça a necessidade de se ampliar a porcentagem da população com acesso à proteção securitária, principalmente entre a população economicamente mais vulnerável. O tema da proteção social tem destaque entre as propostas, pois é justamente a população de renda mais baixa que pode ser a mais beneficiada pela proteção oferecida pelos seguros desse tipo. A atuação dos seguros torna-se essencial para promover maior resiliência da sociedade, reduzindo o impacto negativo de imprevistos financeiros e mitigando os riscos. E, além de reduzir danos, o seguro também é essencial para fornecer salvaguardas para realização de obras de reconstrução e de infraestrutura.

Conheça essa e outras propostas lendo o documento na íntegra, [clikando aqui](#).

**Fonte:** CNseg, em 25.11.2022